

## PRESIDÊNCIA GABINETE

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 738, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais,

DECIDE

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao segundo quadrimestre de 2023, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 27 de setembro de 2023.

DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
SETEMBRO/2022 A AGOSTO/2023  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	set/22	out/22	nov/22	dez/22	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	277.805.521,83	281.581.729,59	404.958.387,11	565.119.182,48	276.787.802,83	251.380.692,07	256.052.152,33	318.354.872,37	325.788.960,44	331.937.243,85	301.233.443,91	384.209.074,50	3.974.989.063,31	
Pessoal Ativo	192.975.592,18	195.689.017,10	288.035.975,81	424.948.911,55	195.623.181,73	171.481.637,98	174.738.616,91	232.860.504,07	238.414.196,94	242.061.034,08	215.024.065,57	275.552.227,76	2.847.404.961,68	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	168.768.629,63	171.544.598,43	264.625.107,57	376.916.331,91	171.201.782,34	147.049.674,87	147.224.150,67	201.384.760,47	200.877.157,52	203.946.770,70	176.988.269,25	227.889.349,88	2.458.416.583,24	
Obrigações Patronais	24.206.962,55	24.144.418,67	23.410.868,24	48.032.579,64	24.421.399,39	24.431.963,11	27.514.466,24	31.475.743,60	37.537.039,42	38.114.263,38	38.035.796,32	47.662.877,88	388.988.378,44	
Pessoal Inativo e Pensionistas	84.629.929,65	85.892.712,49	116.922.411,30	140.170.270,93	81.164.621,10	79.879.054,09	81.313.535,42	85.494.368,30	87.374.763,50	89.876.209,77	86.209.378,34	108.656.846,74	1.127.584.101,63	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	71.873.426,72	73.172.908,48	103.540.781,11	121.845.528,77	68.657.457,93	66.736.396,76	68.145.034,51	72.593.729,59	73.724.993,67	76.685.686,66	72.901.756,60	94.857.476,94	964.735.177,74	0,00
Pensões	12.756.502,93	12.719.804,01	13.381.630,19	18.324.742,16	12.507.163,17	13.142.657,33	13.168.500,91	12.900.638,71	13.649.769,83	13.190.523,11	13.307.621,74	13.799.369,80	162.848.923,89	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal não Executada Orcamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	97.297.825,15	98.260.177,50	199.229.898,43	257.059.394,10	62.085.046,30	62.656.248,69	66.556.781,44	98.424.693,71	131.449.563,48	96.762.390,63	100.269.303,48	112.493.615,26	1.382.544.938,17	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	81.023,60	180.233,51	71.762,24	36.836,82	290.269,71	84.123,61	45.575,41	37.763,86	105.657,52	54.202,93	49.899,26	167.980,70	1.205.329,17	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	1.791.952,00	1.847.685,32	1.848.786,99	1.596.496,72	1.834.962,15	1.658.446,42	1.698.999,38	2.074.696,09	35.053.717,76	1.910.858,63	1.899.759,91	2.233.414,14	55.449.775,51	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	36.981.647,01	38.268.023,49	119.837.896,17	118.138.508,79	11.487.112,75	9.938.676,62	12.764.253,47	32.813.856,00	32.477.632,91	32.493.277,19	34.078.764,85	32.047.091,06	511.326.740,31	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	58.443.202,54	57.964.235,18	77.471.453,03	137.287.551,77	48.472.701,69	50.975.002,04	52.047.953,18	63.498.377,76	63.812.555,29	62.304.051,88	64.240.879,46	78.045.129,36	814.583.093,18	
	180.307.696,68	183.321.552,09	205.728.488,68	308.059.788,38	214.702.756,53	188.704.443,38	189.495.370,89	219.930.178,66	194.339.396,96	235.174.853,22	200.964.140,43	271.715.459,24	2.592.444.125,14	0,00

APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	% sobre a RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)					59.101.629.909,68
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)					93.174.715,93
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)					24.837.662,97
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)					58.983.617.530,78
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>					<b>2.592.444.125,14</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					3.539.017.051,85
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					3.362.066.199,26
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					3.185.115.346,67
FONTE: FIPLAN/SEFAZ/SAF/DICOP 22/09/2023 11:29					5,40

NOTA 1: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS. NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS. DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:  
a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOUVE A ENTREGA DO MATERIAL OU SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART. 63 DA LEI 4320/64;  
b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART. 35, INCISO II DA LEI 4320/64.

FABRÍCIO NASCIMENTO FERREIRA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TAMARA LUZ MIRANDA RÉGO  
CONTROLADORIA

JOSELI DA SILVA PASSOS ALVES  
DIRETORIA DE FINANÇAS